

HABEAS CORPUS Nº 537.693 - MG (2019/0299195-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WANDERSON ALVES DE MOURA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WANDERSON ALVES DE MOURA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, que deu parcial provimento ao agravo em execução interposto pela defesa, em acórdão assim ementado (fl. 113):

EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO - RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA- DATA DA REVOGAÇÃO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL - PLURALIDADE DE CONDENAÇÕES - CONSIDERAÇÃO DAS PENAS ISOLADAMENTE IMPOSTAS A CADA CRIME - RECURSO PROVIDO EM PARTE. Deve ser tido como marco inicial para contagem da prescrição a data em que foi revogado o benefício do livramento condicional, conforme art. 112, I, do Código Penal. Em havendo pluralidade de condenações, para se aferir o lapso prescricional, são consideradas de maneira isoladas as penas aplicadas para cada crime. In casu, há de se declarar a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão executória em relação ao processo nº 0118944-43.2001.8.13.0145, ex vi art. 107, inciso IV; art. 109, inciso IV; art. 110; art. 112, inciso I, e art. 117, todos do Código Penal. Provimento parcial ao recurso que se impõe.

Pretende o impetrante a suspensão dos efeitos do *acórdão impugnado e do mandado de prisão nº 207031 na execução penal nº 0185513-26.2001.8.13.0145* (fl. 10) bem como *a concessão da ordem, para fixar a data da fuga (03/03/2006) como marco inaugural da prescrição da pretensão executória; e, via de consequência, declarar a extinção da punibilidade também no processo de nº 0185513-26.2001.8.13.0145* (fl. 10).

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pela concessão da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao agravo em execução da defesa nos seguintes termos (fls. 154-158):

Exsurge do instrumento de agravo que o recorrente fora condenado pela prática dos delitos de roubo e formação de quadrilha, à pena de 07 (sete) anos de reclusão, e roubo majorado, à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, como se pode inferir do atestado de penas de fl. 32.

Verifica-se dos autos do processo que o recorrente obteve o benefício do livramento condicional, tendo assinado o respectivo termo em 03/03/2006, tendo posteriormente descumprido as suas condições, o que levou a sua revogação em 18/06/2010 (fl. 55v).

Logo, o termo inicial para o início da contagem do prazo prescricional, in casu, é o dia em que fora revogado o livramento condicional do recorrente, com fulcro no artigo 112,1, do Código Penal, devendo ser a prescrição regulada pelo tempo de pena remanescente, de acordo com o disposto no artigo 113 do Código Penal, in verbis:

[...].

Ressalte-se, ainda, que o artigo 119 do Código Penal preceitua que em caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um dos delitos, isoladamente. Esta regra deve ser também aplicada quando há mais de uma condenação a ser cumprida. Outro não é o entendimento da doutrina, senão vejamos:

[...].

Verifica-se que no dia em que foi revogado o livramento condicional, na data de 18/06/2010, o agravante havia cumprido o total de 04 (quatro) anos, 05 (cinco) meses e 24 (vinte e quatro) dias de pena, tempo este que deverá ser abatido da reprimenda mais grave, de acordo com a redação contida no art. 76, do Código Penal, ou seja, dos autos de nº 0118944-43.2001.8.13.0145 (crimes de roubo simples e formação de quadrilha, com pena privativa de liberdade de 07 anos de reclusão).

Cumpre ainda salientar que conforme informado pela pelo MM. Juízo a quo, o recorrente ainda não foi recapturado, encontrando-se foragido (fl. 55v).

Dessa forma, as reprimendas aplicadas para cada processo em que restou condenado o recorrente devem ser examinadas separadamente:

- Processo nº 0118944-43.2001.8.13.0145:

Condenação em 04/10/2001, pelos delitos previstos no art. 288, parágrafo único, e art. 157, caput, na forma do art. 69, todos do Código Penal, à pena de 07 (sete) anos de reclusão. Tendo o réu cumprido 04 (quatro) anos, 05 (cinco) meses e 24 (vinte e quatro) dias de pena, resta o remanescente de 02 (dois) anos, 06 (seis) meses e 07 (sete) dias, prescrevendo-se em 08 (oito) anos, conforme prevê o art. 109, IV, do Código Penal.

Em sendo o marco inicial da prescrição a data da revogação do benefício do livramento condicional, ou seja, dia 18/06/2010, verifica-se que até a presente data transcorreu lapso temporal superior aos 08 (oito) anos necessários para a extinção de sua punibilidade quanto a este processo, ocorrendo a prescrição da

pretensão executória.

- Processo nº 0185513-26.2001.8.13.0145:

Condenação em 28/02/2002, pelo delito previsto no art. 157, §2º, I e II, do Código Penal, à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, sendo o prazo prescricional de 12 (doze) anos, consoante prevê o art. 109, inciso III, do Estatuto Penal, tendo por termo inicial para a sua contagem o dia da revogação do livramento condicional, ou seja, 18/06/2010.

Este prazo ainda não decorreu, razão pela qual não deve ser reconhecida a prescrição da pretensão executória quanto a este processo.

Dessa forma, há de ser reconhecida a prescrição da pretensão executória somente quanto ao processo de nº 0118944-43.2001.8.13.0145.

Por todo o exposto, dá-se parcial provimento ao recurso para reconhecer a prescrição da pretensão executória apenas quanto aos autos de nº 0118944-43.2001.8.13.0145.

A Corte estadual observou que o mandamento legal expresso no art. 112, I do Código Penal ao entender que a revogação do livramento condicional do paciente, em 18/6/2010, deve ser considerada como data inicial de interrupção da prescrição da pretensão executória e não a data de sua fuga, em 3/6/2006.

Com efeito, o dispositivo da lei penal é claro em estabelecer que a prescrição começa a correr, nos casos que se sucederem após sentença penal condenatória, *do dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação, ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou livramento condicional*. A literalidade legal é o norte interpretativo ao qual a jurisprudência deste Tribunal tem conferido prestígio:

PENAL. *HABEAS CORPUS*. (1) *WRIT* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. VIA INADEQUADA. (2). PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. *SURSIS*. REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. (3) DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DO *SURSIS*. REGRESSÃO DE REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. (4) *WRIT* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Tratando-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, inviável o seu conhecimento, restando apenas a avaliação de flagrante ilegalidade.

2. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que "a prescrição da pretensão executória começa a correr 'do dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação, ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional', conforme previsto no art. 112, inciso I, do Código Penal" (AgRg no REsp 1358030/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013).

3. Tornada sem efeito a suspensão condicional, retoma-se o cumprimento da pena imposta na condenação, em seus exatos termos, não se afigurando lhanho, à

primeira vista, a imposição de regime mais grave do que o estatuído na sentença, única e exclusivamente pelo não cumprimento de mandado de intimação, vez que tal hipótese não se encontra entre as elencadas no artigo 118 da Lei de Execuções Penais, que determinam as situações em que poderá ser determinada a regressão da condenação a regime mais rigoroso do que o estatuído na condenação

4. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, ratificando a liminar concedida, a fim de determinar que a execução da pena do paciente se dê no regime aberto, nos termos fixados pela sentença condenatória. (HC 344.974/SP. Rel. Min MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. Sexta Turma. Data do julgamento 1/3/2016. DJe 9/3/2016)

PENAL E PROCESSO PENAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. ART. 112 DO CÓDIGO PENAL. PRETENSÃO DE PREQUESTIONAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O entendimento majoritário e predominante neste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "o termo inicial da prescrição da pretensão executória é contado a partir do dia em que a sentença condenatória transitou em julgado para a acusação (art. 112, I, do CP)." (HC 168.027/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 04/06/2012).

2. **A literalidade da redação do art. 112 do Código Penal é expressa no sentido de que o termo inicial da prescrição após a sentença condenatória irrecorrível começa a correr "do dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação, ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional."**

3. A esta Corte é vedada a análise de dispositivos constitucionais em sede de recurso especial, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência da Suprema Corte. Precedentes.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 316.147/DF. Rel. Min. LAURITA VAZ. Quinta Turma. Data do julgamento 6/8/2013. DJe 13/8/2013).

Sendo assim, tanto no período de suspensão condicional da pena quanto no de livramento condicional, do início até a eventual revogação, não se corre o curso prescricional da pretensão executória.

Ademais, ao se encontrar evadido até o presente momento, consoante assentado no acórdão impugnado, o apenado demonstra total desconsideração e desdém com o cumprimento da pena, evidenciando a sua conduta incompatível com a finalidade ressocializadora que decorre da concessão do livramento condicional, de modo que não há como declarar a extinção da pena.

Não se constata, portanto, a existência de ilegalidade flagrante, abuso de

Superior Tribunal de Justiça

poder ou teratologia na decisão impugnada no presente *writ* a autorizar a concessão da ordem.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator